

VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política
Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)
Pontificia Universidad Católica del Perú
Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

Área Temática: Relaciones Internacionales

**A ESTRATÉGIA REGIONAL COMO PARTE DA PROJEÇÃO
INTERNACIONAL DE EMERGENTES:
OS CASOS BRASILEIRO, TURCO E INDONÉSIO**

**THE REGIONAL STRATEGY AS PART OF AN EMERGING POWER'S
INTERNATIONAL PROJECTION:
BRAZIL, TURKEY AND INDONESIA**

Trabajo preparado para su presentación en el VIII
Congreso Latinoamericano de Ciencia Política,
organizado por la Asociación Latinoamericana de
Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad
Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

Alexandre Piffero Spohr
alexandre.spohr@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil

Resumo: A região é um importante elemento para a estratégia internacional de um país, podendo servir de base para sua projeção para outras esferas ou impor empecilhos à sua estabilidade e ao seu desenvolvimento. Contudo, os estudos clássicos de relações internacionais mantiveram por muito tempo o debate centrado no nível sistêmico, além de voltado apenas às grandes potências. O presente trabalho visa a contribuir para uma compreensão mais extensa das dinâmicas internacionais, trabalhando dois casos de países emergentes, Brasil, Turquia e Indonésia, através de análise de política externa e de estudos regionalistas. Assim, pretende-se entender melhor as ações desenvolvidas por esses três Estados em suas regiões, especialmente no que concerne a organizações regionais, para estabelecer fundações para sua projeção internacional. Se valendo das atuais discussões sobre o papel do âmbito regional e sobre os conceitos de liderança e potência regionais, buscar-se-á entender o papel ocupado pelos três países em suas respectivas regiões.

Palavras-chave: Regionalismo, Política externa, Brasil, Indonésia

Abstract: A country's region is an important element in its international strategy, which can both serve as a foundation for its projection toward other spheres and be an obstacle to its stability and development. However, classic international relations studies have focused excessively on great powers cases. This article aims to contribute to a further understanding of regional dynamics discussing three emerging countries' cases, Brazil, Turkey and Indonesia, through foreign policy analysis and regionalist studies. So, by analyzing these countries actions in their respective regions, especially their strategies for regional organizations and for integration processes, this article seeks to determine the role these countries play in their regions and the role their regions play in their international strategy. To develop this task, discussions on the region's role and on regional powers and regional leadership will be revisited. This article tackles what Buzan and Waever (2003) define as three multipolar regions whose polarity is defined only by regional powers by studying three major players in the regions. The study of these three cases seeks to contribute to both regionalist and emerging powers studies.

Palabras clave: Regionalism, Foreign Policy, Brazil, Turkey, Indonesia

Introdução

As incertezas sobre a atual configuração de poder do sistema internacional, acompanhadas da emergência de atores por muito tempo marginalizados nas dinâmicas globais, representam um importante desafio para o campo das relações internacionais e para o subcampo da política externa. O século XXI vem sendo marcado pela multiplicação de estudos sobre países emergentes, um conceito ainda pouco trabalhado, alguns dos quais já assumem posições de inegável importância na ordem internacional. Sua conceituação pode ser originada de diversas correntes teóricas das relações internacionais, trazendo ao debate conceitos como potência regional, potência média e semiperiferia (FONSECA; PAES; CUNHA, 2015).

Os países emergentes vêm tomando debates acadêmicos, políticos e financeiros, permitindo um intercâmbio ainda maior entre esses setores. Em 2001, o economista do Banco Goldman Sachs Jim O'Neill cunhou o acrônimo BRIC para agrupar quatro economias que desempenhariam fundamental papel na ordem econômica internacional a partir deste século, ultrapassando as principais economias ocidentais por volta de 2050. Com reflexos para a destinação de investimentos, para a criação de organizações internacionais e para a formação de alianças entre Estados, tal estudo foi acompanhado de outros. Busca-se entender o intenso crescimento econômico de alguns países de Ásia, América Latina e África e suas consequências para as dinâmicas globais e para a distribuição de poder internacional e prever alguns dos futuros polos de poder político ou crescimento econômico. O sucesso do acrônimo levou o Goldman Sachs a prever os próximos 11 emergentes, ou os Next-11 utilizando a mesma metodologia empregada para desenvolver o acrônimo BRIC (SILVA, 2013).

Nesse contexto, os países emergentes se consolidam enquanto importantes objetos de estudo para as relações internacionais, combinando conceitos clássicos do campo. O presente estudo se volta para a base de projeção desses Estados: sua região. Analisando três casos de diferentes regiões, Brasil, Turquia e Indonésia, enquadrados quanto potências emergentes pelo Banco Goldman Sachs, pretende-se revisitar a literatura regionalista e entender as estratégias de inserção internacional dos três países a partir de suas regiões. Nesse sentido, buscar-se-á apresentar as ações desenvolvidas pelos Estados e os resultados auferidos em termos de reconhecimento de sua projeção e de avanços em projetos de integração. Para tanto, o trabalho se dividirá em cinco seções: breve reflexão sobre análise de política externa, retomada do debate sobre regionalismo nas relações internacionais, e mais três seções sobre as políticas regionais de cada país. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais sobre o tema a partir do enfoque comparativo.

A política externa como objeto de análise

Para entender a posição ocupada pelos países estudados, se empreenderá um estudo comparado de política externa. Esse campo de estudo, que teve grande fôlego na década de 1970, enfrentou alguns intensos desafios, como a concentração dos estudos na comparação entre democracias e ditaduras ou a utilização de tipologias sem embasamento teórico (CAPORASO et al, 1986). Rosenau (1968) entende que sua grande utilidade é permitir criar e testar proposições sobre comportamento em política externa que podem ser aplicados a sistemas políticos diferentes, inclusive distantes geograficamente. Ele entende que análises de política externa permitem uma compreensão funcional das unidades que compõem o sistema, mesmo que se reserve a união dos sistemas para outros subcampos de estudo das relações internacionais.

Os estudiosos de política externa apresentam uma perspectiva não unitária para o Estado, englobando aspectos domésticos do processo de tomada de decisão, sem deixar de reconhecer a devida importância das dinâmicas sistêmicas para o processo. Putnam (1988) apresenta um modelo de jogo de dois níveis, que compreende justamente esses dois ambientes de interação política: doméstico e externo. Hermann (1990) avalia os processos que levam a mudanças na estratégia internacional desenvolvida por um Estado, havendo uma predominância numérica de fatores internos na determinação de tais mudanças.

Kaarbs, Lantis e Beasley (2013) definem política externa pelo local de execução dos objetivos que persegue, distanciando-a da política doméstica por ser além das fronteiras nacionais. Os autores entendem que o campo da análise de política externa rompe com a ideia de fenômenos de política externa como únicos, sendo comparáveis em determinados elementos, que devem ser escolhidos pelo pesquisador levando em conta aspectos teóricos. A partir de um estudo comparado, é possível depreender padrões replicados em situações e contextos diferentes.

Os estudos sobre política externa foram por muito tempo concentrados em Estados de predominante relevância no cenário internacional, que detêm seus próprios condicionantes sistêmicos, bastante distintos dos aplicados a atores de menor poder. O renovado interesse por atores localizados em zonas intermediárias do espectro de poder internacional traz novos desafios ao estudo de política externa, uma vez que as ações de grandes potências criam condicionantes pouco considerados nos estudos originários da disciplina, além de outros constrangimentos específicos à sua condição intermediária.

No contexto de estudos sobre as estratégias e ações empreendidas por potências médias, o estudo de Maria Regina Soares de Lima (1990) assume especial importância. A autora apresenta a condição dual de atores intermediários, que assumem posição

dominante frente a atores menores, muitas vezes seus vizinhos, mas subalterna/reactiva frente às grandes potências. Lima descreve quatro possíveis estratégias de ação coletiva para esse tipo de ator: “carona”, estratégia hegemônica, ação de liderança e comportamento reativo/defensivo. A escolha por uma estratégia leva em conta não só aspectos domésticos e a relação de poder entre o Estado e sua contraparte, mas também a influência de grandes potências, seja essa através de ação direta ou indireta.

Entendendo os casos trabalhados como potências em uma faixa intermediária do espectro de poder internacional, podemos partir do modelo desenvolvido por Lima (1990) para entender sua estratégia internacional. As políticas externas desenvolvidas por Brasília, Ancara e Jacarta concederam historicamente papel importante para sua região, onde possuem um conjunto de capacidades destacáveis. É nesse âmbito que condicionantes domésticos, regionais e sistêmicos se combinam para que eles desenvolvam ações condizentes a atores de destaque nas regiões, sendo de grande importância trabalhar previamente a questão regional no campo das relações internacionais, tema da seção subsequente.

O papel da região na inserção internacional

Durante o século XX, o campo das relações internacionais deu especial importância para temas relacionados às dinâmicas das grandes potências: a organização do poder no sistema internacional, o advento da guerra e a manutenção da paz, as organizações para a estabilização internacional e a concertação de ações e posições em prol de “interesses comuns”. Contudo, o fim da Guerra Fria abriu espaço para que temas pouco trabalhados anteriormente recebessem novo ímpeto investigativo e passassem a ocupar papel de destaque em grandes centros de pesquisa de relações internacionais. Dentre esses temas estão a emergência de novos atores e as dinâmicas regionais, que são bastante inter-relacionados e são tema deste trabalho.

O papel dos países emergentes no sistema internacional é objeto de intenso debate, assim como a definição de seu enquadramento teórico. É nesse contexto que os estudos regionais ganham especial importância teórica, pois, além de permitir uma maior compreensão dos subsistemas que conformam o sistema mundial, possibilitam entender as bases de projeção desses atores de crescente relevância. A atribuição de importância para a análise do nível regional de interação entre Estados pode ser remontada a estudos clássicos do realismo nas relações internacionais, como Morgenthau (1948), que entende que a dinâmica do sistema internacional é composta por subsistemas inter-relacionados. Mearsheimer (2001) defende que o poder terrestre é preponderante na formação e na dissolução de Estados, depreendendo-se disso a importância de estudos sobre as dinâmicas nas massas terrestres, condicionadas por características geográficas e possivelmente enquadradas regionalmente.

Kelly (2007) descreve a evolução dos estudos regionalistas no campo das relações internacionais, apontando para uma primeira onda no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Causada pelas independências no Terceiro Mundo, pelas proposições de uma nova ordem econômica internacional e pela evolução do processo de integração europeu, essa primeira onda propunha uma visão multidimensional da questão, acrescentando variáveis às análises de relações internacionais. Contudo, as dificuldades na definição de regiões, objeto ainda de difícil operacionalização, e a nova situação no contexto da Guerra Fria, com um novo acirramento da disputa bipolar, fizeram com que o regionalismo perdesse força no meio acadêmico. Enfrentando desafios semelhantes aos da primeira onda, mas em contexto diferente, os novos estudos regionais vêm recebendo crescente importância, especialmente pelas dificuldades em aplicar os modelos do Norte às estruturas do Sul. Nesse sentido, Kelly (2007, p. 202) entende a

contribuição do regionalismo para a epistemologia das relações internacionais como um desafio lakatosiano e não kuhniano, uma vez que expande o campo de estudos, não substituindo o paradigma anterior, isto é, reflete uma “descentralização, não uma revolução”.

Sob o paradigma realista, deve-se destacar o modelo de hierarquia múltipla de Lemke (2004). Baseado na perspectiva teórica da transição de poder, o autor percebe o sistema internacional como composto por diversos sistemas de distribuição assimétrica de poder. A organização a nível sistêmico pode ser compreendida como uma pirâmide em que a altura define a posição do país em termos de poder, e a largura, o número de países enquadrados nessa categoria. Como a própria metáfora permite entender, as posições mais altas, portanto mais poderosas, são ocupadas por poucos países. A eclosão de conflitos e a manutenção da paz, como em outras teorias de transição de poder, são determinadas pela estabilidade da atual distribuição de poder entre os Estados membros do sistema, condições replicáveis para hierarquias menores.

A estrutura piramidal é replicada a nível regional, sendo reduzida em termos de tamanho e adequada em termos de concentração de poder. As hierarquias regionais possuem normalmente um Estado dominante, que pode ter uma posição elevada na hierarquia global ou não. As dinâmicas das hierarquias regionais podem ser objeto de intervenção de potências extrarregionais, que, estando em posições superiores hierarquicamente, têm como característica justamente a capacidade de intervenção. Tal ação pode ocorrer de forma direta ou indireta e costuma fazer parte dos cálculos estratégicos dos membros da hierarquia, seja para se valer dela, seja para tentar contrapor-la. Lemke (2004) faz ainda considerações sobre a divisão do globo em regiões, classificação que obedece a critérios culturais, comerciais, demográficos e, principalmente, geográficos. Uma de suas principais contribuições é que as dinâmicas normalmente atribuídas a grandes potências no sistema internacional podem ser replicadas por potências regionais em nível hierárquico inferior.

Partindo de um paradigma mais construtivista e, portanto, menos apegado à pura distribuição de poder no sistema internacional, Buzan e Weaver (2003) também analisam o nível regional com especial atenção. Defendendo os estudos regionalistas em meio ao que entendem ser uma equivocada baixa relevância atribuída às dinâmicas regionais, os autores percebem esse nível como conformador dos resultados percebidos em nível sistêmico. Sua compreensão de grandes potências adiciona às capacidades defendidas pelos realistas elementos como reconhecimento formal por outros Estados e análise do padrão de comportamento do país. Eles descrevem uma escala entre potências regionais e a superpotência, com grandes potências ocupando um espaço intermediário, em que as potências regionais são definidas através do entendimento da polaridade dos complexos regionais de segurança.

A teoria de segurança regional de Buzan e Weaver (2003) se baseia no conceito de complexos regionais de segurança, que são compostos por Estados para os quais a interpretação de processos de securitização e dessecuritização e de problemas de segurança não pode ser realizada de forma independente às unidades que os compõem. A rigidez da divisão dos complexos regionais é atenuada posteriormente, mas a relevância da posição de um Estado nas dinâmicas de seu complexo segue ocupando espaço de destaque em sua teoria, contribuindo para entender os casos trabalhados neste artigo. O nível regional é a principal arena para a interação entre o nível nacional e o sistêmico, sendo desenvolvido para o âmbito global através das dinâmicas entre complexos, reconhecidamente vitais para o entendimento da ordem internacional.

Desde um ponto de vista econômico, Gilpin (2001) analisa os diferentes processos de integração econômica e, portanto, de regionalização da economia internacional em

meio à globalização. A regionalização é tida como um fenômeno objeto de ondas ao redor do mundo, de conceituação e reconhecimento contestável. As motivações para esse processo são analisadas sob uma óptica econômica e política, desacreditando abordagens puramente políticas ou econômicas para as motivações e para os objetivos dos membros de processos de integração. Gilpin (2001) reconhece o regionalismo econômico como um importante elemento das estratégias nacionais das principais potências econômicas, uma vez que permite uma maior projeção política e econômica e um aumento de potencialidades. Entende-se ainda que processos de integração regional costumam ter um centro de fomento, que se vale de seu poder e de sua influência para aprofundar a integração.

Os estudos mais recentes sobre dinâmicas e potências regionais parecem combinar elementos dos paradigmas realista e construtivista, aliando o peso das capacidades e dos perfis de atuação dos Estados para enquadrá-los em hierarquias nos níveis sistêmico e, principalmente, regional. Nolte (2010) retoma o debate sobre potências regionais e médias, dois conceitos que vêm disputando, em certa medida, a atenção das discussões no contexto de transformações sistêmicas da ordem internacional. Seu esforço de definição dos dois conceitos visa a dirimir confusões terminológicas. Assim, potência regional é a aplicação de um fenômeno mais amplo de forma geograficamente delimitada, isto é, é a replicação da hierarquização percebida no âmbito sistêmico na esfera regional. Seus atributos combinam elementos de poder atribuídos por diferentes paradigmas: dotação de poder e capacidade de aplicação, poder econômico, autopercepção, estratégias e padrões de interação. O conceito ganha poder explicativo ao combinar-se à ideia de multipolarização da ordem internacional, criando nós entre a hierarquia mundial e as hierarquias regionais (NOLTE, 2010).

Frazier e Stewart-Ingersoll (2010) reforçam a importância da postura dos Estados nas esferas regionais para a compreensão de seu papel nessa dinâmica e para entender a polarização desenvolvida nesse âmbito, analisando, assim, sua tradição de envolvimento político, seu histórico de uso da força e a resposta de seus vizinhos ao seu poder e prestígio. O papel das potências extrarregionais também é considerado, embora se privilegiem, na análise, as estratégias desenvolvidas pelas potências regionais em meio a determinado perfil de atuação dos atores externos.

Os autores percebem três possíveis papéis, não excludentes, desenvolvidos por atores proeminentes na esfera regional: líder, guardião e defensor. A posição de líder depende do reconhecimento mútuo da liderança, ou seja, legitimidade, e da detenção reconhecida de capacidades materiais para exercer tal papel combinada à disposição a usar tais capacidades para influenciar os demais Estados. Guardiões têm como principal preocupação a manutenção ou construção da estabilidade regional e do *status quo*. Por fim, defensores se voltam predominantemente a defender a região de ameaças securitárias externas. Frazier e Stewart-Ingersoll (2010) também percebem três dimensões para a orientação das políticas regionais dos Estados: revisionismo x *status quo*; unilateral x multilateral; e proativa x reativa.

Kelly (2007), ao analisar o histórico dos estudos regionalistas, apresenta diferentes visões sobre a política presente por trás de estratégias regionais. Se, por um lado, estratégias regionais podem ser entendidas como esforços de potências médias de promover a multipolaridade e a redução do unilateralismo de grandes potências, por outro, elas podem ser interpretadas como projeto das elites nacionais para manter sua posição de poder interna ou como parte da estratégia global estadunidense para exercer sua hegemonia mundial. Para compreender as dinâmicas regionais, Kelly (2007) apresenta três variáveis para análise: abertura da região para intervenção extrarregional, proximidade entre os Estados que fazem parte da região e presença de Estados fracos. A

última variável merece especial atenção devido à escassa reflexão sobre regiões predominantemente compostas por esse tipo de ator.

A partir das análises apresentadas sobre as dinâmicas regionais, fica importante entender o conceito de potência regional. Segundo Buzan e Waever (2003), uma potência regional é aquela que define a polaridade de um complexo regional de segurança, mas que não participa dos cálculos das altas esferas de poder, podendo apenas ser afetadas por suas dinâmicas. Enquanto isso, Stewart-Ingersoll e Frazier (2012) se voltam para a definição de líder regional, tratando das ações que o enquadram enquanto tal. Um líder regional é aquele que tem poder de iniciativa na definição de objetivos, que consegue enquadrar temas e problemas como interesses e preocupações comuns, que relaciona e combina seus objetivos e desafios aos dos seguidores, que apresenta uma estratégia para lidar com seus objetivos e os da região de forma conjunta e que utiliza os recursos disponíveis para a consecução dos planos. É importante ressaltar que a liderança não implica que os planos sejam sempre bem-sucedidos.

Schirm (2010) foca na necessidade de seguidores para que um Estado possa se colocar como líder regional, o que implica abarcar causas daqueles na estratégia defendida por este. A assunção a uma posição de liderança em meio a vizinhos envolve uma resistência maior pela mudança de status regional que tal posição implica. Tais considerações buscam desfazer concepções excessivamente materiais sobre a liderança, não podendo países emergentes impor sua liderança por terem recursos materiais limitados (SCHIRM, 2007).

Os autores acima trabalhados, em meio às discussões sobre a relevância dos estudos regionais para o entendimento do sistema internacional, propõem divisões regionais do globo e interpretações para a dinâmica de poder em tais regiões, reconhecendo as dificuldades de suas proposições, o que, segundo Kelly (2007) foi causa para a crise da primeira onda de regionalismo. Buzan e Weaver (2003) descrevem diferentes tipos de complexos regionais de segurança, afetados pela presença ou não de potências de caráter global. Dentre os complexos cuja polaridade é determinada por potências regionais, os autores apontam a América do Sul, o Oriente Médio e o Sudeste Asiático, complexos multipolares dos quais os três casos analisados neste estudo fazem parte. Lemke (2004) também encara essas três regiões como hierarquias regionais de poder. Na América do Sul percebe o Brasil como potência dominante, enquanto divide as duas outras regiões em hierarquias locais. No Oriente Médio, apresenta as hierarquias “árabe-israelense”, “arco norte” (Turquia, Irã e Iraque) e “Península Arábica”, e no Sudeste Asiático, península e o “arquipélago asiático” (Indonésia, Malásia e Cingapura), unidos em uma só região por ser a forma mais adotada na literatura especializada.

Revisitada a literatura regionalista e destacadas as três regiões a serem analisadas enquanto unidades de análise em outros estudos, parte-se à análise dos casos escolhidos. Com vista a facilitar a comparação, será dado destaque ao papel que o país desenvolve ou busca desenvolver, aos projetos que fomenta em termos de integração regional, aos recursos de que dispõe para se projetar e à recepção por seus vizinhos. Assim, os processos de formação das iniciativas de integração regional e os papéis desempenhados receberão especial atenção.

Brasil

O âmbito regional sempre ocupou papel de destaque na formulação da política externa brasileira. Até o início do século XX, as relações com os vizinhos envolveram desconfiança mútua, tensões na Bacia do Prata, incluindo uma importante guerra para a história do continente sul-americano, e disputas territoriais. Se a chancelaria de Rio Branco marcou a consolidação da tendência americanista da política externa republicana,

sua sucessão foi marcada pelo surgimento de novas ou renovadas desconfianças e disputas. Momentos de tranquilidade foram alternados com momentos de intensa competição e possibilidades de conflito, especialmente com a então rival Argentina. Um contínuo e duradouro processo de melhora das relações com os vizinhos foi iniciado durante o regime militar com projetos de construção de infraestrutura envolvendo vizinhos menores e de cooperação para a defesa da Amazônia e com a conciliação com os argentinos. Na década de 1990, tem início o processo de integração no Cone Sul do continente sul-americano, com a formação do Mercado Comum do Sul (CERVO; BUENO, 2002).

Segundo Saraiva (2010), o projeto brasileiro para a integração do continente sul-americano se manteve em um contínuo desde as iniciativas do governo militar, mas sofreu importantes alterações após a eleição de Lula, assim como o âmbito de atuação brasileira no Hemisfério Ocidental. Em primeiro lugar, o MERCOSUL, criado pelo Tratado de Assunção em 1991 sob uma perspectiva neoliberal, intensificou seu lado de cooperação econômica e política após enfrentar grandes desafios à sua manutenção. O bloco adquiriu personalidade jurídica e desenvolveu estruturas de compensação de assimetrias e concertação de posturas, concedendo a Brasília uma imagem de liderança regional. Além de ter crescido em termos de membros, o MERCOSUL aumentou o número de acordos com outros países e blocos, sendo vital para a política comercial de seus membros. Seu mecanismo de negociação conjunta, que ficou conhecido como 4+1, foi importante para pautar os interesses definidos pelo bloco nas discussões sobre a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), combinando o peso dos quatro países.

Além do MERCOSUL, o Brasil também intensificou suas relações com os demais países da América do Sul. Em 2000 convocou-se a I Cúpula dos Presidentes da América do Sul em Brasília. As deliberações dos chefes de Estado sul-americanos tiveram continuidade, criando a CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações) na terceira cúpula em 2005. Essa organização foi transformada em UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) em 2008 durante nova cúpula em Brasília. A UNASUL é um marco no processo de integração sul-americana, uma vez que promove um diálogo institucionalizado entre os países do continente para diversos temas e incentiva o fortalecimento e a unificação dos processos de integração sul-americanos (REGUEIRO; BAZARGA, 2012). No âmbito das cúpulas entre presidentes sul-americanos, foi desenvolvida a Iniciativa para Integração da Infraestrutura da Região Sul-Americana unificando esforços por uma infraestrutura continental comum de transportes, energia e comunicações. O BNDES é um dos principais financiadores do desenvolvimento dos projetos da IIRSA, demonstrando o vital papel do Brasil nesse sentido.

Os esforços de integração regional promovidos pelo Estado brasileiro, especialmente pelo governo Lula, incluem uma importante iniciativa para a América Latina e para o Caribe: a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). A I Cúpula América Latina e Caribe (CALC), realizada em Salvador em 2007, reuniu pela primeira vez os países da região sem a presença de países extrarregionais e com o intuito de discutir o desenvolvimento conjunto da região e permitiu a criação da CELAC em 2011. Embora ainda pouco institucionalizada, essa iniciativa tem especial importância ao considerarmos que o Caribe e a América Central foram por muito tempo considerados zonas de influência exclusiva dos Estados Unidos, contando agora com mais possibilidades de autonomia e sendo agora também espaço de projeção de influência brasileira, permitindo a defesa de posições contrárias às estadunidenses, como a defesa da reintegração cubana ao sistema americano (CELAC, 2014).

Voltando ao complexo regional sul-americano, é importante considerar outras duas iniciativas do governo Lula: a ASPA e a ASA. A Cúpula América do Sul – Países Árabes, realizada em maio de 2005 em Brasília, e a Cúpula América do Sul-África, sediada em Abuja em novembro de 2006 permitem a cooperação e a promoção do comércio não só do Brasil com essas duas regiões, mas de todos os sul-americanos. Ambas as cúpulas tiveram encontros de alto nível subsequentes, além de reuniões em nível ministerial à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (BRASIL, 2013a, BRASIL, 2013b). Ainda, pode-se citar uma iniciativa anterior às cúpulas ASA e ASPA, de caráter semelhante: o FOCALAL, iniciativa dos governos chileno e cingapuriano. Com características semelhantes às cúpulas com árabes e africanos, o Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste tem um caráter comercial mais forte e não teve participação brasileira tão intensa para sua criação (BRASIL, 2014), sendo, portanto, de interesse reduzido para o presente trabalho.

Promovendo duas propostas de cooperação Sul-Sul intercontinental e uma intensificação dos laços comerciais de sua região com outras duas de forma concertada, o Estado brasileiro assume uma posição de liderança regional. Tal caracterização se justifica por formular objetivos comuns, propor ações e executá-los se valendo de capacidades combinadas da região a que pertence. As iniciativas têm seus resultados relatados por Cervo (2005), que relaciona os encontros à assinatura de acordos comerciais e ao apoio recebido por um uruguaio em sua candidatura à presidência da OMC. Manzur (2005) aponta ainda o sucesso em aprovar extensas declarações em meio a tão grande número de negociadores. Amorim (2009, p. 10) demonstra especial apreço pela iniciativa que ajudou a desenvolver: a “ASA trata de aproximar povos que, a um primeiro olhar estão distantes, mas que em muito se assemelham e que padecem dos mesmos problemas”.

Stewart-Ingersoll e Frazier (2012) refletem sobre a projeção regional brasileira, considerando o país um caso de líder, de guardião e de protetor regional, mas em diferentes medidas. As características de guardião e protetor assumem um caráter menor devido às ameaças aos interesses brasileiros e à manutenção de uma defesa autônoma dos sul-americanos, especialmente devido à ingerência estadunidense. A liderança brasileira em seu continente é marcada principalmente por suas iniciativas de concertação política e de institucionalização da cooperação para estabilizar a região e concertar suas posições às dos vizinhos, como as iniciativas de interação inter-regional. As capacidades materiais brasileiras são muito superiores às de seus vizinhos. Contudo, a projeção de sua liderança enfrenta desafios de aceitação, por temores de alteração do *status quo*. Assim, ainda que os demais países da região integrem as iniciativas capitaneadas por Brasília, para Schirm (2007), muitas demandas brasileiras não encontram respaldo na política exterior desses Estados, como a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Turquia

A Turquia, por sua localização geográfica estratégica, não possui uma área única de atuação regional. Quando governada por militares, Ancara buscou na Europa seu principal espaço de projeção regional, ainda que sua atuação no Oriente Médio tenha lhe valido maior espaço em negociações globais, especialmente enquanto exemplo de Estado de maioria muçulmana. Ainda, os eventos da região preterida tiveram fortes repercussões para a Turquia, gerando necessidade de reação e de posicionamento frente a conflitos, alterações de regime e evoluções político-diplomáticas. Durante a Guerra Fria, a aproximação turca aos Estados Unidos e árabe à União Soviética tornou difícil uma maior interação cooperativa entre Ancara e seus vizinhos árabes, ainda que não

tenha gerado necessariamente antagonismo com os Estados de diplomacia mais ativa, como Egito, Iraque e Síria. A ascensão do AKP em 2003 gerou novas posturas na política externa turca para o Oriente Médio (ALTUNISIK; TÜR, 2005).

Seguindo as ideias defendidas por Davutoglu em seu livro *Profundidade Estratégica*, a Turquia sob o AKP passou a buscar eliminar seus conflitos com países vizinhos e aumentar sua atuação nas diferentes regiões de que faz parte (DAVUTOGLU, 2008, MURINSON, 2012). Apesar de seu principal objetivo em termos de integração continuar sendo sua adesão à União Europeia, vem se buscando fortalecer a Comunidade de Cooperação Econômica (ECO) e participar de outros projetos enquanto membro observador, como a Liga Árabe e a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), aumentando sua projeção em outras áreas. Assim, um maior contingente de países é atingido, e novas oportunidades são criadas.

Um dos postulados mais comentados de Davutoglu é a eliminação das tensões para com seus vizinhos, especialmente os do Oriente Médio. Almuedo (2011) defende que a aproximação com o Oriente Médio dos anos 2000 é fruto das mudanças no sistema internacional, não de uma política formulada por Ancara. De qualquer forma, suas relações com Damasco e Teerã sofreram mudanças no sentido defendido por Davutoglu. Após a captura de Abdullah Öcalan, líder do grupo PKK¹, em 1999, Síria e Turquia puderam melhorar suas relações bilaterais, assumindo um comportamento mais conciliador. Da mesma forma, o governo iraniano, acusado de apoiar grupos insurgentes turcos, passou a ser destino de maior cooperação turca, surgindo diversas oportunidades econômicas e políticas para ambos os lados. Contudo, a recente crise síria ameaça essa melhora nas boas relações de Ancara com Damasco e Teerã (FULLER, 2008).

Enquanto isso, as relações da Turquia com Israel, que gozavam de normalidade e cooperação, se deterioraram no governo de Erdogan. Apesar de essa deterioração ter se iniciado anteriormente e ter sido provocada por razões além do caráter islâmico do partido AKP, as declarações e políticas de Erdogan em prol da causa palestina resultaram em fortes tensões com Israel, o que favoreceu as relações da Turquia com os países árabes (ESMAILZADEH, 2014).

A dissolução da União Soviética gerou oportunidades de interação com os povos a seu nordeste. Ancara se aproximou de países do Cáucaso e da Ásia Central, buscando aumentar suas oportunidades comerciais e políticas. Laços culturais, linguísticos e étnicos fundamentaram a interação, tendo de competir com outros polos regionais, como Rússia e Irã. A política de resolução de problemas com vizinhos se refletiu na redução das tensões com a Geórgia, mas não foi bem sucedida para com a Armênia. A Turquia passou a desenvolver conjuntamente projetos de oleodutos e gasodutos saindo da Ásia Central e do Cáucaso para a Europa, garantindo fontes energéticas e aumentando sua importância estratégica. A cooperação com a Ásia Central é apoiada fortemente na ECO, onde disputa influência com Irã e Paquistão. A aproximação turca com essas duas regiões é apoiada por europeus e estadunidenses com vistas a reproduzir o modelo turco de Estado muçulmano, além de reduzir a influência russa (MURINSON, 2012, WALKER, 2007).

Stewart-Ingersoll e Frazier (2012) defendem a inclusão da Turquia no complexo regional do Oriente Médio, reconhecendo seu enquadramento mais difícil, devido à sua localização em ponto de ligação de três regiões: Europa, Oriente Médio e Ásia Central. Estando suas principais preocupações securitárias no Oriente Médio, não se justifica

¹ Partido dos Trabalhadores do Curdistão, grupo curdo responsável por ataques terroristas ao governo turco. A Turquia acusava a Síria de apoiar esse grupo e conceder refúgio a seus líderes e militantes (ALTUNISIK; TÜR, 2005).

enquadrá-la como de outra região ou como fora de qualquer complexo. Ainda, para eles, essa região é marcada por uma multipolaridade, com proeminência de Turquia, Irã e Arábia Saudita. Mesmo preferindo colocar a Turquia como “ator isolador”, Buzan e Waeber (2003) reconhecem a importância desse ator para entender as dinâmicas do Oriente Médio, além de apontar para a proeminência de Ancara, Teerã e Tel Aviv em termos de capacidades.

Como visto na descrição das iniciativas regionais turcas, Ancara tem se preocupado mais em melhorar as relações com os vizinhos do que em desenvolver um projeto de integração por ela capitaneado. As menores disparidades de poder entre os atores integrantes do bloco, uma vez que há pelo menos três atores com capacidades econômicas e militares pouco díspares, tornam difícil a presunção de uma posição proeminente turca. Assim, ainda que seja um ator relevante, a Turquia não se propõe líder dos vizinhos, capitaneando apenas iniciativas para defender determinados pontos quando recebe apoio dos vizinhos. Ainda, Ancara visa a diversificar suas arenas de atuação, almejando integrar a União Europeia e buscando desenvolver a ECO na Ásia Central. Se incluída na União Europeia, a Turquia perderia espaço enquanto líder, enquanto aumenta essa projeção em sua estratégia da ECO. De forma geral, Ancara não clama por um papel de líder regional, ainda que goze de um status proeminente, pois não teria respaldo em seus vizinhos e suas capacidades são semelhantes às de outros atores.

Indonésia

O Sudeste Asiático ocupa papel preponderante na estratégia internacional indonésia desde antes de sua independência. Os fluxos migratórios e comerciais e as influências de outros povos durante os séculos foram importantes elementos para a formação do povo indonésio e para a organização política do arquipélago. A libertação indonésia do jugo holandês, oficializada em 1949, foi sucedida por uma preocupação do governo em Java em garantir a manutenção das fronteiras coloniais, o que gerou um clima de animosidade com os vizinhos, com quem disputava ilhas que viriam a compor seu arquipélago, além de estratégias voltadas a impedir ímpetus secessionistas e garantir a manutenção da unidade territorial. Nesse sentido, os litígios com a Malásia tiveram especial importância, especialmente pela divisão da ilha de Borneu entre os dois países (além do pequeno Estado de Brunei). Apesar da resolução de boa parte das disputas territoriais com vizinhos, Jacarta ainda apresenta controvérsias com Kuala Lumpur devido a duas ilhas na costa de Borneu, que, contudo, não afetam as relações bilaterais e recebem tratamento pouco prioritário por ambos os lados (IHS JANE’S, 2009).

Apesar de um início conturbado, a estratégia regional indonésia sofreu importantes alterações com a ascensão de Suharto e com o estabelecimento da Nova Ordem, regime que durou de 1966 a 1998. O novo governante indonésio empreendeu uma alteração na política de confrontação com a Malásia, buscando alcançar uma defendida posição de liderança na região. O grande tamanho de sua população e de seu território, em comparação aos vizinhos, contribuiu para a percepção de uma natural liderança política indonésia na região e no processo de integração no Sudeste Asiático (SOESASTRO, 2005).

Em agosto de 1967, foi criada a Associação de Nações do Sudeste Asiático em Bangkok. Adotando uma declaração com cinco princípios, a organização para cooperação regional declarava-se aberta a novos membros da região desde que seguissem seus princípios. As tensões entre Malásia, Indonésia e Filipinas, que ameaçavam a paz e a estabilidade regionais e conseqüentemente seu desenvolvimento, motivaram a aproximação, incentivada pelos esforços tailandeses. A organização, que

iniciou sua trajetória com cinco membros, foi se expandindo em número de membros e em intensidade da integração. Até 1999 a organização dobrou o número de países parte, englobando os principais Estados da região², criando fóruns para se interagir com potências extrarregionais e outras regiões. Além disso, o bloco desenvolveu mecanismos para resolver pacificamente disputas entre seus membros (ASEAN, 2014a).

A política externa da Nova Ordem manteve por três décadas o Sudeste Asiático como “pedra angular” da diplomacia indonésia, incentivando o aprofundamento da ASEAN (PITT, 2014). Assim, a Indonésia, enquanto líder político, buscou alinhar seus projetos e objetivos de política externa aos perseguidos pelo bloco. A defesa de determinadas posições a serem tomadas pelo bloco não se desenvolveu através da coerção para com os demais membros, mas foi objeto de construção de consensos intrabloco. Por muito tempo, a Indonésia se considerou apenas uma liderança política, abstenho-se de liderar as iniciativas econômicas da região. Tal postura foi alterada apenas na década de 1990, quando, incentivada por Bangkok, Jacarta capitaneou a intensificação da integração econômica do bloco, logrando reverter os fracassos dos esforços anteriores (SOESASTRO, 2005).

Após a queda de Suharto, a Indonésia passou por um breve período de baixo interesse no desenvolvimento das iniciativas regionais, durante os governos Habibie e Wahid, provocado principalmente pela preocupação em recuperar a economia indonésia após a crise. Contudo, Megawati reverteu seu inicial desinteresse na ASEAN em 2003, voltando a assumir posição de liderança no bloco, o que refletiu em seu aprofundamento. A partir do fortalecimento do pilar econômico da ASEAN, ela pode desenvolver novos mecanismos de compartilhamento de valores e posições e avançar para outros campos. A ideia de uma Comunidade da ASEAN tomou forma e teve sua criação programada para 2015, tendo por base a Carta da ASEAN, adotada em 2007. Tal iniciativa compreende três pilares: Comunidade Político-Securitária, Comunidade Econômica e Comunidade Sociocultural, cada uma com planos próprios (ASEAN, 2014a). Os aspectos securitários foram objeto de especial interesse indonésio, enquanto sua defesa de elementos econômicos foi encorajada por Cingapura (SOESASTRO, 2005).

Alguns princípios de política externa defendidos pelo primeiro presidente indonésio, Sukarno, expoente da causa terceiro-mundista e não alinhada durante a Guerra Fria, foram abandonados durante o governo de Suharto e retomados no atual período democrático, entre outros pela filha de Sukarno, Megawati, presidente entre 2001 e 2004. Um dos principais elementos retomados é a ideia da posição internacional ser a de um ator “remando entre dois recifes”, que durante a Guerra Fria se referiam às duas superpotências e que atualmente refletem as projeções chinesa e estadunidense sobre o Sudeste Asiático. Nesse sentido, a projeção regional da Indonésia assume um caráter estratégico para manter sua estabilidade e aumentar seu poder de negociação com atores extrarregionais (PITT, 2014). A ASEAN possui, assim, mecanismos de diálogo conjunto com Estados que não fazem parte do bloco, como Austrália, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Índia, Japão e, até MERCOSUL.

Parte da estratégia de fortalecimento da inserção internacional do bloco e, portanto, de seus membros são o fórum ASEAN + 3, a Cúpula do Leste Asiático e o Fórum Regional da ASEAN (ARF). O ASEAN + 3 reúne os membros da ASEAN a China, Coreia do Sul e Japão desde 1997, sendo importante espaço para cooperação com atores da região estrategicamente mais próxima com muitos interesses em comum. A Cúpula do Leste Asiático expande a estratégia para Austrália, Índia e Nova Zelândia, tendo sido organizada pela primeira vez em 2005. Por fim, o ARF expande o diálogo

² Há tratativas para incluir o Timor Leste, independizado em 2002, na ASEAN (PITT, 2014).

para diversos países da região Ásia-Pacífico e restringe seu escopo para questões de segurança e estabilidade regional (ASEAN 2014b, ASEAN, 2014c, ARF, 2014).

A estratégia regional indonésia possui, assim, contornos semelhantes à da brasileira, respeitadas as especificidades de suas regiões e de seus projetos de integração. A Indonésia segue diversas das características de líderes regionais apresentadas por Stewart-ingersoll e Frazier (2012) e Schirm (2007, 2010), especialmente sua importância na definição da agenda a ser seguida pela ASEAN. Apesar de demonstrar pouco interesse em determinados aspectos da integração, sendo encorajada por outros atores a capitanear avanços do bloco em prol da integração econômica, a Indonésia vem se valendo do peso político combinado dos membros do bloco para interagir com potências extrarregionais. Assim, o papel de liderança no caso indonésio decorre bastante de suas capacidades e de certo reconhecimento de seus vizinhos, sendo menor a autopercepção e a perseguição desse papel. O reconhecimento dos países membros de sua pequena projeção individual internacional leva-os a priorizar a atuação em conjunto requerendo uma maior atuação indonésia no sentido de promover e capitanear o bloco.

Considerações finais

Partindo das recentes contribuições para os estudos regionalistas, pode-se entender a magnitude da inserção regional de um Estado como a combinação das capacidades materiais com a postura ou estratégia desenvolvida por ele para o seu entorno e a recepção dessa estratégia por seus vizinhos. Tendo em vista a base deste trabalho ser o subcampo da política externa, priorizou-se a análise das estratégias desenvolvidas pelos dois Estados, fundamentada sua relevância pelos estudos do Banco Goldman Sachs para classificá-los como emergentes. Os casos trabalhados demonstraram como os três elementos têm importância na determinação do resultado da polaridade dos subsistemas regionais. Brasil e Indonésia gozam de certo respaldo regional de seu papel de destaque para desenvolver políticas regionais ativas e propositivas, se posicionando como possíveis líderes regionais. Enquanto isso, a Turquia, pela desconcentração de poder no Oriente Médio, não possui uma posição de liderança, mas se destaca como ator relevante para as dinâmicas regionais.

A América do Sul é o espaço primário para a inserção internacional brasileira, assim como o Sudeste Asiático o é para os indonésios. A Turquia, ainda que ator envolvido nas dinâmicas europeias e centro-asiáticas, tem no Oriente Médio sua principal área de atuação segundo Buzan e Waeber (2003) e Stewart-ingersoll e Frazier (2012). Essas três regiões são classificadas por Buzan e Waeber (2003) como complexos regionais multipolares, cuja polaridade é definida por potências regionais, entre as quais Brasil, Turquia e Indonésia merecem destaque, sendo reconhecidas em certa medida por seus vizinhos, em menor grau para Ancara, como vitais para a determinação da pauta de inserção da região no globo. Os incentivos para promover uma estratégia regional de cooperação e integração são diversos, incluindo elementos políticos, econômicos e militares. Apesar de não serem hegemônicas regionais e de terem sua preponderância questionada por vizinhos, Brasília e Jacarta podem ser enquadrados enquanto líderes regionais segundo os termos de Stewart-ingersoll e Frazier (2012). A posição turca no Oriente Médio, com dificuldades para avançar no sentido de um projeto regional de inserção global, enfrenta maiores dificuldades para alcançar um status mais proeminente.

As situações e histórias de América do Sul, Oriente Médio e Sudeste Asiático são bastante distintas, ensejando comportamentos e condicionantes diferentes para uma liderança em cada região. O Brasil desenvolveu intensos esforços diplomáticos para promover cúpulas entre chefes de Estado da região, criar organizações regionais e

formar instrumentos para reduzir assimetrias regionais. Ao mesmo tempo, Brasília enfrenta desafios de diferentes ordens à sua liderança: a oposição de alguns países, como Argentina, a reconhecer o Brasil como representante do continente e a intensa presença estadunidense, facilitada pelo governo colombiano, que desenvolveu programa de cooperação militar com Washington.

A Turquia, localizada em região muito mais instável do que os dois outros casos, tem na estabilização das dinâmicas políticas seu principal desafio, sendo um dos principais objetivos de sua política externa a redução dos conflitos com seus vizinhos. Assim, uma posição de liderança para um gama maior de temas se torna de mais difícil sustentação, sendo possível apenas liderar iniciativas pontuais voltadas a tratar questões específicas. A Indonésia, por sua vez, enfrenta um entorno regional menos pacífico, o que torna o processo de integração importante instrumento para dirimir tensões entre vizinhos e evitar que tomem proporções maiores. Nesse contexto, apesar de Jacarta não ser reconhecida como representante regional, percebe-se uma aceitação de sua liderança na integração por boa parte de seus vizinhos, como nos casos dos incentivos tailandeses e cingapurianos para que promovesse a cooperação econômica entre os membros.

Apesar das diferenças acima elencadas, é necessário reconhecer que, consideradas as especificidades regionais, os casos confluem para reafirmar os preceitos teóricos sobre liderança e dinâmicas regionais. Os três elementos envolvidos na projeção de um Estado enquanto líder se encontram em diferentes medidas nos três casos, sendo vital sua compreensão em nível relativo aos vizinhos. Ao mesmo tempo em que o Brasil tem no reconhecimento dos vizinhos seu principal desafio, pois detém capacidades superiores e desenvolve ações voltadas à integração regional, a Indonésia apresenta menores ensejos de projeção, sendo algumas vezes chamada pelos demais a atuar em prol da integração, ainda que detenha capacidades superiores aos vizinhos. Ambos têm nas iniciativas de integração um espaço vital para estabelecer objetivos regionais que lhes interessem e operacionalizar as capacidades dos integrantes da região para que tais planos sejam executados. A opção pelo multilateralismo regional, característica mais marcante no caso brasileiro, parece uma estratégia para intensificar a comunhão de agendas entre sua inserção internacional e os projetos regionais. Por sua vez, a Turquia não possui capacidades muito maiores do que os demais membros da região, além de essa não permitir a promoção de um projeto de integração que combine as capacidades de seus integrantes. Assim, falta a Ancara capacidades relativas, iniciativas e reconhecimento, mantendo-se como ator proeminente.

Os três países trabalhados, assim, se comprovam interessantes objetos de análise. Reconhece-se a importância do âmbito regional para a projeção de um país, em diferentes condições de atuação para os Estados. Deve-se em futuros trabalhos buscar entender como a base regional é operacionalizada para intensificar a participação do Estado no cenário mundial e como outras potências regionais se comportam para que o conceito ganhe maior aplicação.

Referências

ALTUNISIK, Meliha Benli; TÜR, Özlem. *Turkey: Challenges of continuity and change*. Oxon: RoutledgeCurzon, 2005.

ALMUEDO, Ana. *New Turkish Foreign Policy towards the Middle East: Neither so New, Nor so Turkish*. Barcelona: European Institute of the Mediterranean, 2011.

AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview. *Revista brasileira de política internacional*. v.53, n.spe, p.214-240, 2010.

_____. Prefácio. In: CARNEIRO, Izabel Patriota Pereira. *América do Sul e África: um olhar próprio*. Livros para conhecer os dois continentes. Brasília: FUNAG, 2009. p. 9-14.

ASEAN. *Association of South East Asian Nations*. Jacarta, 2014a. Disponível em: <<http://www.asean.org/>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

_____. *ASEAN Plus Three Cooperation*. Jacarta, 2014b. Disponível em: <<http://www.asean.org/news/item/asean-plus-three-cooperation-2>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

_____. *East Asia Summit*. Jacarta, 2014c. Disponível em: <<http://www.asean.org/asean/external-relations/east-asia-summit-eas>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

ASEAN Regional Forum. *About The ASEAN Regional Forum*. Jacarta, 2014. Disponível em: <<http://aseanregionalforum.asean.org/about.html>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. *ASA: Cúpula América do Sul-África*. Brasília, 2013a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cupula-america-do-sul-2013-africa-asa>>. Acesso em: 25 dez. 2013.

_____. *ASPÁ: Cúpula América do Sul-Países Árabes*. Brasília, 2013b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cupula-america-do-sul-paises-arabes-asp>>. Acesso em: 25 dez. 2013.

_____. *FOCALAL: Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3677:forum-de-cooperacao-america-latina-asia-do-leste-focalal&catid=174:chamada-5&Itemid=436&lang=pt-br>. Acesso em: 8 dez. 2014.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CAPORASO, James A. The Comparative Study of Foreign Policy: Perspectives on the Future. In: Annual Meeting of the International Studies Association, 27^o, 1986, Anaheim. *Annual Meeting of the International Studies Association Reports*, Anaheim, p.4-40, 1986.

CELAC. *Sitio virtual de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños*. Caracas, 2014. Disponível em: <<http://www.celac.gob.ve/>>. Acesso em: 9 set. 2014.

CERVO, Amado Luiz. A Cúpula América do Sul-Países Árabes: um balanço. *Meridiano 47*. n. 47. maio. p. 2-3. Brasília. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/2686/2240>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Externa do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

DAVUTOGLU, Ahmet. Foreign Policy Vision: an Assessment of 2007. *Insight Turkey*, v.10, n.1, p.77-96, 2008.

- ESMAILZADEH, Yaser. Turkey's Foreign Policy towards the Middle East (2010-2013). *Switzerland Research Park Journal*. v.103, n.1, jan. p. 327-335. 2014.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; PAES, Lucas de Oliveira; CUNHA, André Moreira. O conceito de emergente na hierarquia política e econômica internacional. *Revista de Economia Política*. No prelo. 2015.
- FRAZIER, Derrick; STEWART-INGERSOLL, Robert. Regional powers and security: A framework for understanding order within regional security complexes. *European Journal of International Relations*, n.16, p.731-753, dez. 2010.
- FULLER, Graham E. *The New Turkish Foreign Policy: Turkey as a pivotal state in the Muslim World*. Washington: United States Institute of Peace, 2008.
- GILPIN, Robert. *Global Political Economy: understanding the International Economic Order*. New Jersey: Princeton Paperbacks, 2001.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- HERMANN, Charles F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 3-21, mar. 1990.
- IHS JANE'S. *Country profile Indonesia*. Englewood: IHS Jane's, 2009.
- IIRSA. *Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana*. Quito, 2014. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/>>. Acesso em: 8 dez. 2014.
- KAARBO, Juliet; LANTIS, Jeffrey S.; BEASLEY, Ryan K. The Analysis of Foreign Policy in Comparative Perspective. IN: BEASLEY, Ryan K. *Foreign Policy in Comparative Perspective: Domestic and International Influences on State Behavior*. Thousand Oaks: CQPress, 2013. p.1-26.
- KELLY, Robert E. Security Theory in the 'New Regionalism'. *International Studies Review*, n.9, p. 197-229, 2007.
- LEMKE, Douglas. *Regions of War and Peace*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- LIMA, Maria Regina. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. *Contexto internacional*, n. 12, p.7-28, 1990.
- MANZUR, Tânia Maria Pachir Gomes. Análise da Cúpula América do Sul – Países Árabes. *Meridiano 47*. n. 47. maio. p. 2-3. Brasília. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/2686/2240>>. Acesso em: 26 dez. 2013.
- MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2001.
- MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948.
- MURINSON, Alexander. Turkish Foreign Policy in the Twenty-First Century. *Mideast Security and Polity Studies*, n.97. Ramat Gan, p.1-31, 2012.

- NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, n. 36, p. 881–901, 2010.
- PITT, Rômulo Barizon. *Indonésia: o desafio da liderança regional*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais – UFRGS. Porto Alegre, 2014.
- PUTNAM, Robert. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.
- REGUEIRO, Lourdes; BAZARGA, Mayra. *UNASUR: proceso y propuesta*. Quito: FEDAEPS, 2012.
- ROSENAU, James N. Comparative Foreign Policy: Fad, Fanatasy, or Field? *International Studies Quarterly*, v. 12, n. 3, p. 296-329, set. 1968.
- SARAIVA, Miriam Gomes. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula Administration: caught between South America and Mercosur. *Revista brasileira de política internacional*, v.53, n.spe, p.151-168, 2010.
- SCHIRM, Stefan A. *Die Rolle Brasiliens in der globalen Strukturpolitik*. Bonn: Dt. Institut für Entwicklungspolitik, 2007.
- _____. Leaders in Need of Followers: Emerging Powers in Global Governance. *European Journal of International Relations*, v. 16, n.2, p.197-221, 2010.
- SILVA, André Luiz Reis da. Os países emergentes na política internacional: O grupo Next Eleven (n-11) e as convergências com a política externa brasileira. *Estudos Internacionais*, v. 1, n. 2, p. 205-222, 2013.
- STEWART-INGERSOLL, Robert; FRAZIER, Derrick. *Regional Powers and Security Order: A theoretical framework*. Oxon: Routledge, 2012.
- SUKMA, Rizal. *Islam in Indonesian Foreign Policy*. London: RoutledgeCurzon, 2003.
- WALKER, Joshua W. Learning Strategic Depth: Implications of Turkey's New Foreign Policy Doctrine. *Insight Turkey*, v.9, n.3, p.32-47, 2007.